Boletim de Notícias - Edição nº 188/ 2014 Brasília, 20 de outubro de 2014.

Índice

01 4º Paraty Eco Festival leva cultura e moda sustentável à Costa Verde do RJ

02 Território quilombola é tema de debate no Incra de São Paulo

03 Empresários aprovam secador de palha da carnaúba que beneficiará o PI

04 Ambulanchas para atender interior do AP estão paradas, dizem ribeirinhos

05 Apyka'i – Vida e Luta pelo Tekoha

06 Últimos dias de inscrição em dois editais de cultura

07 Tecnologias sociais vão garantir acesso à água potável no Pará

08 Comissão Nacional da Verdade ouve depoimentos de índios em MS

09 Em Bom Jardim, índios guajajaras estudam debaixo de mangueira

10 Adolescentes indígenas lutam por seus direitos e revolucionam comunidades no interior da Guatemala

11 Em busca de convocação, boxeadora indígena disputará eventos nacionais

12 Consea promove Mesa de Controvérsias sobre Terra e Território

13 Tradições indígenas são mote do espetáculo da companhia Carolemos

14 De pai para filho: a história da família com quatro gerações de oftalmologistas

15 Tradição dos conhecimentos pesqueiros é o sustento de 38 mil famílias em Alagoas

16 Quilombolas podem ser isentos de Imposto Territorial Rural

17 Comunidade do Barranco, na Praça 14, se torna o segundo quilombo urbano do País

18 Exploração deixa rastro de contaminação e morte na Amazônia

19 Ministério do Turismo divulga resultado de chamada pública

20 Líderes indígenas pedem posse de terra, em Manaus

21 MPF/MG: criada reserva sustentável para comunidade tradicional: a Nascentes Geraizeiras

22 Incra vai apoiar projetos visando capacitação de jovens

23 Rivalidade entre grupos indígenas termina com garota esfaqueada em São Jerônimo da Serra

24 Projeto Interagir distribui 45 mil mudas para assentamento e Terra Indígena

25 Prefeitura de SP deve retirar 400 cães deixados em terra indígena, diz MPF

01 4º Paraty Eco Festival leva cultura e moda sustentável à Costa Verde do RJ
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.10.2014

Edição 2014 é realizada até domingo (19), em espaços públicos e culturais.
Evento visa discutir sustentabilidade no artesanato, design.e mundo fashion.

Do G1 Sul do Rio e Costa Verde

Evento mistura moda com sustentabilidade na
Costa Verde do Rio do Rio de Janeiro (Foto: Divulgação/ParatyEcoFashion)

A 4ª edição do Paraty Eco Festival é realizada até domingo (19), na Costa Verde do Rio de Janeiro, com objetivo de discutir o uso de materiais sustentáveis no artesanato, moda e design, segundo a organização.

Na edição 2014, de acordo com a página da atração, deixa se ser Paraty Eco Fashion e vira o Paraty Eco Festival. Ele se torna "um projeto de preservação do patrimônio cultural imaterial (popular/artesanato) que incentiva e valoriza propostas inovadoras e criativas para a sustentabilidade das comunidades tradicionais, fortalecendo e destacando a cultura local e as culturas das mais diversas regiões brasileiras".

saiba mais

Confira a programação completa do Paraty Eco Festival 2014

Entre os convidados da edição estão os estilistas Ronaldo Fraga e Juliana Moria, além da consultora de moda Chiara Gadaleta, que vão participar de rodas de conversas com visitantes e estudantes.

O evento conta ainda com exposições, mostras de moda e design, desfiles, palestras, workshops, projeto Ecocine e a segunda edição da Feira Criativa. Ela reúne exposição de moda, design e artesanato aliados à preservação de recursos naturais e valorização dos conhecimentos tradicionais de diversos pontos do país. As atividades são realizadas na Casa da Cultura e Praça da Matriz, além de outros espaços culturais da cidade.

02 Território quilombola é tema de debate no Incra de São Paulo
SÍTIO PORTAL BRASIL, 17.10.2014

Regularização

Mesa discute a regularização de áreas de comunidades inseridas em Unidades de Conservação no Vale do Ribeira

por Portal Brasil

A quarta rodada da Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas de São Paulo, aconteceu nesta quarta-feira (15), na capital paulista. O encontro teve como foco a sobreposição de territórios tradicionais quilombolas e Unidades de Conservação localizados no Vale do Ribeira (SP)

Nesta etapa da Mesa, abordaram-se assuntos relacionados a quatro comunidades quilombolas: Pilões, Pririca, Bombas e Praia Grande, todas localizadas no município de Iporanga. Em duas delas, o processo de regularização e titulação das áreas esbarra na questão de que Unidades de Conservação foram criadas em áreas já ocupadas tradicionalmente por comunidades quilombolas. O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar) abrange 100% da área da comunidade Bombas e o Parque Estadual Caverna do Diabo atinge cerca de 50% do quilombo Piririca.

De acordo com a antropóloga do Incra paulista Paula Covo, a legislação ambiental, nestes casos, impõe restrições à ocupação humana, reduzindo o tamanho de plantio das áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais, sendo que os entraves precisam ser negociados com o órgão ambiental competente.

Nesse sentido, um passo foi dado pela Mesa Permanente com a presença inédita de representantes da Fundação Florestal no debate. “A Mesa aproximou não somente o Incra da Fundação Florestal, mas também as comunidades quilombolas com aquele órgão”, avalia Covo.

Convênio com Itesp

Sobre as comunidades Pilões e Praia Grande, por sua vez, discutiu-se a complementação do Relatório Técnico Científico (RTC) destes quilombos, conforme previsto no convênio firmado entre o Incra e a

CONT.

Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), em julho deste ano. Por meio do convênio, que abrange 12 comunidades quilombolas paulistas, deverá ser consolidado o respectivo RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) de cada comunidade, peça técnica necessária para iniciar o processo de regularização e titulação de suas áreas.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

03 Empresários aprovam secador de palha da carnaúba que beneficiará o PI
SÍTIO PORTAL O DIA, 17.10.2014

F*oi apresentado no PiauíTec e depois de ajustes irá para os municípios de Campo Maior e Coivaras*

Empresários do setor extrativista da palha da carnaúba e produtores da cera de carnaúba conheceram e aprovaram o protótipo de secador solar móvel, apresentado na feira PiauíTec 2014, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (Sedet) e Universidade Federal do Piauí (UFPI), o secador vai aumentar a produtividade do pó da cera de carnaúba, evitando o desperdício.

De acordo com o empresário Luiz Félix Filho, da empresa Brasil Ceras, a tecnologia apresentada "vai melhorar a produtividade do pó, trazendo também mais qualidade no trabalho dos extrativistas", afirmou. O empresário Antonio de Pádua, da Agrocera, propôs a realização de um dia de campo, para que haja o envolvimento de toda a cadeia produtiva da cera de carnaúba.

A superintendente de Desenvolvimento da Sedet, Ivani Lages, explica que o protótipo do secador apresentado na PiauíTec deverá sofrer pequenos ajustes para confecção final da estrutura e posterior distribuição. "Após ajustes finais, iniciaremos a difusão da tecnologia nos municípios que serão contemplados, Campo Maior e Coivaras".

Fonte: Ccom

04 Ambulanchas para atender interior do AP estão paradas, dizem ribeirinhos
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.10.2014

Veículos estão ancorados no porto do Igarapé da Fortaleza, em Santana.
Embarcações pertencem ao governo do estado e a prefeitura de Macapá.

Do G1 com informações da TV Amapá

Duas ambulanchas destinadas a atender comunidades ribeirinhas do Amapá não estão funcionando há mais de três meses, segundo reclamações de moradores que moram às margens do rio Amazonas. Os veículos aquáticos estão ancorados no porto do Igarapé da Fortaleza, no município de Santana, distante 17 quilômetros de Macapá. As embarcações pertencem a prefeitura da capital e a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

"Paradas não socorrem ninguém", indignou-se a doméstica Nilza Alves, sobre os atendimentos médicos que deixam de ser realizados por causa da falta do transporte.

A Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) justificou que o motor da embarcação da qual é responsável está em fase de manutenção. Ainda segundo o órgão, está em andamento um processo licitatório para a aquisição de duas novas "ambulanchas", que devem ampliar os serviços de saúde ofertados nos distritos da cidade.

Por meio de assessoria, a Secretaria de Estado da Saúde informou que a embarcação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) está equipado para entrar em funcionamento. Porém, ainda segundo a Sesa, não há profissionais concursados para realizar os trabalhos médicos.

05 Apyka'i – Vida e Luta pelo Tekoha
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.10.2014

Por CombateRacismoAmbiental

Filme de Carolina Fasolo

Mato Grosso do Sul é o estado com a segunda maior população indígena do Brasil. Apenas do povo Guarani Kaiowá existem mais de 40 mil indígenas que lutam para retomar os territórios dos quais foram expulsos. Na esperança de voltar para sua terra ancestral, o Tekohá, famílias indígenas vivem décadas na beira de estradas, sem água potável, atendimento de saúde ou alimentação adequada. Em barracos de lona preta, gerações veem seu território sagrado ser desmatado para dar lugar ao agronegócio. A história do acampamento Apyka'i, onde sobrevive a família de Damiana Cavanha há mais de 10 anos, sintetiza a batalha desigual entre proprietários rurais e indígenas, que mesmo com direitos garantidos constitucionalmente enfrentam todo tipo de resistência para ocupar o Tekohá.

06 Últimos dias de inscrição em dois editais de cultura
SÍTIO PORTAL BRASIL, 17.10.2014

Editais vão premiar iniciativas referentes à cultura hip hop e cigana. Prazos terminam nos dias 19 e 27 de outubro, respectivamente

por Portal Brasil

Faltam poucos dias para o fim do prazo de inscrição em editais do Ministério da Cultura (MinC) que premiam iniciativas culturais referentes à cultura hip hop e cigana. Os prazos terminam nos dias 19 e 27 de outubro, respectivamente.

Lançado em agosto, o edital da 2ª edição do Prêmio Cultura Hip Hop 2014 escolherá 170 iniciativas inéditas, distribuindo 20 prêmios de R$ 20 mil para instituições privadas sem fins lucrativos e 150 prêmios no valor de R$ 14,3 mil para pessoas físicas ou coletivos. Podem concorrer projetos de composição, arranjos, shows, vídeos, discos, arquivos audiovisuais, sites, revistas, pesquisas, mapeamentos, seminários, ciclo de debates, palestras, oficinas e cursos livres sobre a cultura hip hop.

As inscrições do Prêmio Cultura Hip Hop 2014 estão abertas até o dia 19 de outubro e devem ser enviadas pelos Correios para o endereço: Prêmio Cultura Hip Hop 2014,Centro da Música/Funarte-Rua da Imprensa, nº 1/ sala 1308, CEP 20030-120- Rio de Janeiro – RJ.

Ciganos

Para os ciganos, serão distribuído 60 prêmios de R$ 14.285,72. O edital é destinado a iniciativas realizadas em diversas áreas, próprias da expressão cigana desde celebração, festas e músicas, passando por medicina, artesanato, jogos, brincadeiras, culinária até habitação tradicional.

As premiações serão distribuídas da seguinte forma: 15 prêmios para pessoas físicas ciganas, 35 para grupos e comunidades ciganas sem constituição jurídica e 10 para instituições privadas sem fins lucrativos integradas por indivíduos pertencentes a qualquer etnia cigana e reconhecidas por sua contribuição social e cultural à cultura cigana.

As inscrições também devem ser feitas até o dia 27 de outubro, encaminhadas por via postal para o

CONT.

endereço: Prêmio Culturas Ciganas – 3ª Edição-Edital de Divulgação nº 1,Caixa Postal 8645- Ministério da Cultura,Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural,Edifício Parque Cidade Corporate,SCS QD. 9, Lote C, Torre B, 9º andar, Brasília (DF) – CEP: 70.308-200

Fonte:

Ministério da Cultura

07 Tecnologias sociais vão garantir acesso à água potável no Pará
SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.10.2014

Dois novos modelos serão construídos em quatro reservas extrativistas do estado. Iniciativas foram apresentadas nessa sexta (17) em Belém

por Portal Brasil

Dois novos modelos de tecnologias sociais de acesso à água serão construídos em quatro reservas extrativistas no estado do Pará. As reservas de Arióca Pruanã, Mapuá, Terra Grande Pracuúba e Soure receberão o Sistema Pluvial Multiuso Autônomo e o Sistema Pluvial Multiuso Comunitário.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, apresentou as tecnologias sociais nessa sexta-feira (17), em Belém (PA), na Assembleia Nacional de Institucionalização da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem).

“Esta é um demanda da população extrativista, que nos lembrou que o acesso à água potável é difícil na Amazônia”, disse ela, reforçando que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou edital na quarta-feira (16) para selecionar Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) para entregar, para 1.130 famílias, os sistemas.

Tereza Campello falou ainda sobre os avanços na agenda extrativista, como as concessões de direito real de uso, que permitem o acesso a políticas públicas. A ministra ainda lembrou que a estratégia de Busca Ativa localizou e incluiu 112,8 mil famílias paraenses no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal.

Sistemas

Além do Pará, mais nove municípios da Amazônia receberão as novas tecnologias sociais, beneficiando um total de 2,8 mil famílias. No sistema Multiuso Autônomo, cada família poderá captar, armazenar e filtrar até seis mil litros de água da chuva. Já no Multiuso Comunitário, além das unidades domiciliares, também será instalado um módulo comunitário complementar de abastecimento com uma rede de distribuição, sendo acionado somente quando esgotar as reservas domiciliares.

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013

08. Comissão Nacional da Verdade ouve depoimentos de índios em MS
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.10.2014

Representantes estiveram no distrito de Taunay, em Aquidauana.
Relatório da comissão deve ficar pronto em dezembro.

Do G1 MS com informações da TV Morena

http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/10/comissao-nacional-da-verdade-ouve-depoimentos-de-indios-em-ms.html

Representantes da Comissão Nacional da Verdade estiveram no distito de Taunay, em Aquidauana (MS), para ouvir depoimentos de índios que sofreram violência no período da ditadura militar, conforme mostrou reportagem do MSTV 1ª Edição deste sábado (18).

Após 36 anos, o índio terena Onésimo Sobrinho quebrou o silêncio. Ele disse que sobreviveu a um atentado, porém, outros dois indígenas foram mortos a tiros. O suspeito era gerente de uma fazenda.

Mais de 50 índios de diferentes etnias já prestaram depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Quase 30 casos estão sendo analisados. Em geral, violações de direitos humanos relacionadas à disputa pela terra entre os anos de 1946 e 1988. Os relatos das vítimas impressionaram os integrantes da comissão.

“Os militantes políticos sofreram mais violência durante a ditadura. Os indígenas não. Eles sofreram violência durante todo nosso período. Se a gente começasse em 1500, como o último depoente começou, e se a gente fosse até hoje, continuaria igual”, afirmou a psicanalista Maria Rita Kehl, que é integrante da comissão.

Essa é a quarta vez que a Comissão Nacional da Verdade ouve índios em Mato Grosso do Sul. Quando os membros estiveram no estado no fim de 2013 e no começo de 2014, os indígenas relataram vários casos de violência na época da ditadura militar. De acordo com os índios, eles foram vítimas de perseguições, trabalhos forçados e estupros. Eles contaram ainda que foram retirados a força de suas terras, presos ilegalmente e até assassinados.

Após os depoimentos, será feito um relatório conclusivo dos trabalhos. O documento vai ser entregue à

CONT.

Presidência da República, Ministério Público Federal e Biblioteca Nacional.

“Os documentos e depoimentos que vem à luz com a Comissão da Verdade fundamentam ações judiciais de reparação”, explicou Neimar Machado de Souza, doutor em educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

O relatório da comissão deve ficar pronto em dezembro.

09 Em Bom Jardim, índios guajajaras estudam debaixo de mangueira
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.10.2014

Reforma do Centro de Ensino Indígena está parada há quase um mês.

Secretaria de Estado de Educação afirma que trabalho será reiniciado.

Do G1 MA, com informações da TV Mirante

http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/10/em-bom-jardim-indios-guajajaras-estudam-debaixo-de-mangueira.html

Em Bom Jardim (a 275 km da capital), índios guajajaras são obrigados a estudar debaixo de uma mangueira, porque a reforma que estava sendo feita na escola da aldeia central foi interrompida. No local improvisado estão sendo ministradas as aulas do centro de ensino indígena, da pré-escola ao ensino médio e, ainda, o projeto de educação de jovens e adultos.

O que parece ser uma aula mais didática, com professor e alunos em contato com a natureza, ao ar livre, na verdaden é um improviso. O quadro fica escorado na magueira. A preocupação dos professores é os telhados de palha, de telha de fibrocimento e de folhas não suportem o período chuvoso, que se aproxima. "Algumas vezes teve chuvas e a gente ficou impossibilitado de trabalhar", afirmou Rosilene Caragiu Guajajara, professora.

Ao todo, 285 índios estudam no local. Pela manhã, tarde ou noite. O improviso vem ocorrendo há quase um mês. Desde que uma obra aqui no Centro de Ensino Indígena Januária foi interrompida. O serviço estava sendo feito nas salas de aula e também estavam sendo construídas mais duas salas e uma cozinha.

"A empresa tinha até uma perspectiva de entregar a escola antes mesmo do término do prazo da execução da obra, mas por falta de pagamento a obra, que já está com mais de 60% de conclusão, está parada há cerca de três semanas", disse o secretário do Centro de Ensino Indígena, Flaubert Guajajara.

Poeira da construção, sacos de cimento e forro não montado ainda estão pelo local. As instalações elétricas não estão ligadas. Os estudantes não podem voltar a ter aulas no lugar. Do total de estudantes, 25% são de outras cinco aldeias. A mais próxima fica a dois quilômetros e meio.

CONT.

As aulas do EJA e do ensino médio são no período da tarde de da noite. Aí vem outro problema: quem estuda nesse horario está dixando de vir à escola por falta de transporte. "Também está paralisado por falta de pagamento da Seduc", afirmou Flaubert Guajajara.

A Secretaria Estadual de Educação informou que no máximo em 20 dias o pagamento do transporte escolar será atualizado. Com relação à reforma da escola, a previsão é que a empresa retorne ao trabalho até o fim da semana que vem.

10 Adolescentes indígenas lutam por seus direitos e revolucionam comunidades no interior da Guatemala
SÍTIO R7, 18.10.2014

Jovens buscam promover direitos sexuais e reprodutivos e acesso à educação e à saúde

Do R7*

Conhecida por ter uma grande riqueza cultural principalmente indígena, a Guatemala também é, por outro lado, palco de grandes desigualdades sociais e de violência. De acordo com dados do Instituto de Direitos Humanos do Arcebispado da Guatemala, mais da metade da população guatemalteca vive em condições de pobreza.

Além disso, o país tem uma das mais altas taxas de morte por armas de fogo no mundo: são cerca de 40 óbitos por 100 mil habitantes.

Dentro de um contexto como este, não é difícil prever que as crianças e os adolescentes sofram alguma forma de violência física, sexual ou psicológica. No caso das mulheres, a situação é ainda mais grave: além da falta de acesso à educação e à saúde, as jovens precisam lidar com uma realidade extremamente machista, que dificulta a conquista de diversos direitos e as torna quase invisíveis.

Nas regiões rurais e em povos indígenas, é comum a ideia de que as mulheres só podem trabalhar em casa e cuidar dos filhos. Sem conseguir completar os estudos e quase sem perspectiva de futuro, muitas jovens se tornam mães antes dos 18 anos.

Em Concepción Chiquirichapa, porém, esta situação começa a mudar. Apoiadas pela organização Let Girls Lead, com sede na Califórnia, adolescentes guatemaltecas lutam por seus direitos como mulher e buscam transformar suas comunidades.

A região é uma das mais pobres da Guatemala e fica no interior do país. Na pequena localidade, menos de 10% das meninas de origem indígena termina os estudos e mais da metade delas se casa e tem filhos ainda na adolescência.

Segundo Veronica Buch, coordenadora da Let Girls Lead na Guatemala, “nosso trabalho se foca na promoção e proteção do direito das adolescentes, principalmente quanto aos direitos sexuais e reprodutivos”.

CONT.

Ela conta que o projeto desenvolve um processo de formação das jovens guatemaltecas em várias áreas diferentes. As adolescentes têm educação sexual e contraceptiva, para poderem atrasar a maternidade, e recebem apoio para terminar os estudos.

— Muitas adolescentes não têm acesso à educação por uma cultura machista. Este é um desafio muito forte, ir rompendo com estas barreiras. Trabalhamos de acordo e respeitando a cultura das jovens, mas levamos em conta que há aspectos culturais que podem impedir o exercício do direito das adolescentes. Lutar contra o início precoce de uma vida sexual também tem sido um desafio.

Além disso, as jovens têm instrução jurídica e midiática, com o propósito de se tornarem líderes e poderem ser escutadas nos diferentes espaços onde são tomadas decisões — no nível comunitário, municipal, departamental e nacional. Elas lutam pela garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos e pelo acesso à educação e à saúde.

Emelín, de 15 anos, é umas dessas líderes. De origem indígena maia, ela mora na aldeia de Duraznales, em Concepción Chiquirichapa, e participa do Let Girls Lead Guatemala desde os 14. As meninas do grupo conseguiram provocar uma série de mudanças no contexto em que vivem, principalmente quanto à orientação de políticas públicas específicas para as adolescentes.

As jovens fizeram suas reivindicações serem ouvidas pelo governo local e lutaram pelo funcionamento efetivo dos Institutos para a Infância e Adolescência. Estes órgãos são previstos por lei na Guatemala e precisam desenvolver projetos para esta faixa etária, mas muitas vezes são “escritórios fantasmas”: têm o nome e o espaço, mas não põem em vigor as ações necessárias.

Esta conquista foi contada no documentário Poder, lançado em março deste ano pela Let Girls Lead.

Agora, Emelín trabalha com a promoção dos direitos sexuais das jovens de sua comunidade, compartilhando o conhecimento sobre métodos anticoncepcionais e sexualidade. O objetivo é evitar o inicio precoce de uma vida sexual e permitir que as adolescentes concluam seus estudos.

“Me interesso muito por este trabalho porque podemos nos manifestar mais e fazer com que todas as pessoas das comunidades nos apoiem e nos respeitem. As adolescentes precisam de educação e proteção. Elas devem poder ter seus direitos respeitados e que saber que têm tanto direitos quanto responsabilidades”, diz Emelín.

Além de Concepción Chiquirichapa, a Let Girls Lead promove a liderança de jovens em várias partes da Guatemala. A organização trabalha a nível nacional e tem maior representação no ocidente do país e na capital.

CONT.

As ideias do projeto, porém, não se restringem à Guatemala. A Let Girls Lead também apoia histórias parecidas em outros países da América Central e da África, como Honduras, Libéria e Maláui.

Denise Dunning, fundadora da Let Girls Lead, define que o foco do projeto é permitir que garotas façam mudanças em suas próprias vidas, famílias e comunidades:

— Meninas não são vítimas. Meninas são líderes e podem ser importantes causadoras de mudanças. Quando investimos em adolescentes, elas podem ir muito além do que poderíamos imaginar.

Criada em 2009, a organização estima já ter impactado na vida de cerca de 3 milhões de adolescentes em todo o mundo.

** por Maria Cortez, estagiária do **R7***

11 Em busca de convocação, boxeadora indígena disputará eventos nacionais
SÍTIO GLOBOESPORTE.COM, 18.10.2014

Amazonense Sandra Ramos, vice-campeã brasileira, é uma das mais vitoriosas pugilistas do Estado e se prepara para eventos em São Paulo nos próximos meses
Por GloboEsporte.com

Manaus, AM

Famosa pela qualidade técnica e velocidade nos ringues, a amazonense Sandra Ramos tem conquistado boa fama pelo circuito nacional de boxe. Além das boas atuações, a pugilista também chamou atenção ao revelar sua origem indígena, advinda da tribo Kaixana, no município de Santo Antônio de Içá, a mais de 800km distante da capital. Com grande perfil nos "bastidores", Sandra traça boa linha na carreira e se prepara para mais desafios.

A amazonense, listada como a mais vitoriosa atleta do Estado, viaja na próxima semana para disputar o Campeonato Paulista de Boxe. O renomado evento acontece entre os dias 21 e 26 de outubro, na capital paulista.

Sandra é atual vice-campeã brasileira (Foto: Cleiton Viana/Sejel)

Depois da disputa em São Paulo, a boxeadora indígena terá pouco tempo para recuperar as forças. Um mês depois, entre os dias 22 e 27 de novembro, disputará também a edição de 2014 dos Jogos Abertos. As disputas acontecem em São Vicente, no interior de São Paulo.

Sandra é atual vice-campeã brasileira na categoria Elite feminino mosca ligeiro até 48kg e está se

CONT.

preparando para integrar a Seleção Brasileira de Boxe Olímpico durante a Olimpíada do Rio Janeiro em 2016.

Os resultados dos próximos desafios, portanto, podem ser decisivos para a convocação à seleção brasileira de boxe.

12 Consea promove Mesa de Controvérsias sobre Terra e Território
SÍTIO JORNAL DIA DIA, 18.10.2014

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realiza nos próximos dias 4 e 5 de novembro, em Brasília, a Mesa de Controvérsias: Territorialidade, soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

Esta será a quarta Mesa de Controvérsias promovida pelo conselho um delas foi sobre agrotóxicos e outras duas foram sobre alimentos transgênicos. Trata-se de encontros que reúnem representantes da sociedade do governo para discutirem questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

Essa quarta mesa tem o objetivo principal de discutir as diferentes concepções do direito à terra e ao território e sua relação com o Direito Humano à Alimentação Adequada na ótica dos Três Poderes e dos sujeitos de direitos, bem como construir propostas para atuação do Estado.

Entre os objetivos específicos estão: promover diálogo do poder público com a sociedade civil a respeito dos rumos do direito de acesso à terra/território e suas violações; discutir o estágio da realização do direito de camponeses, indígenas e povos e comunidades tradicionais; apresentar propostas para o enfrentamento das violações desses direitos.

O acesso à terra e ao território é questão recorrente nas discussões do Consea. Trata-se de condição imprescindível para a realização do direito humano à alimentação adequada e demais direitos fundamentais de grupos sociais vulneráveis. De acordo com o Consea, os modos de organização, os sistemas agroextrativistas e os hábitos alimentares estão estreitamente ligados à terra e aos territórios, não podendo ser tratados de forma dissociada.

Serviço

Mesa de Controvérsias Terra e Território

Dias: 4 e 5 de novembro

Horário: a partir das 8h30

CONT.

Local: Carlton Hotel, Setor Hoteleiro Sul, Brasília (DF)

Informações: (61) 3411 2747

Fonte: Ascom/Consea

Por: Ascom/Consea

13 Tradições indígenas são mote do espetáculo da companhia Carolemos
SÍTIO JORNAL DO COMMERCIO, 18.10.2014

O trabalho é uma das principais atrações do evento neste sábado

Alemdamazônia é baseado nos costumes dos nosso índios e nas lendas brasileiras / Hans Von Manteuffel/Divulgação

O universo lúdico da dança contemporânea unido às tradições do povo indígena são os norte do espetáculo Alemdamazônia, que a companhia Carolemos Dançarte apresenta hoje, no 19º Festival Internacional de Dança do Recife. O trabalho é uma das principais atrações do evento neste sábado, e será encenado no Teatro Luiz Mendonça, no Parque Dona Lindu, às 20h.

Alemdamazônia, baseado nos costumes dos nosso índios e nas lendas brasileiras, faz alusão, utilizando a linguagem da dança nos estilos neoclássico e contemporâneo, às áreas verdes do planeta dotadas de enormes potenciais de riquezas e esperanças, e ao povo dessa região, que se transfigura em histórias e mitos.

O espetáculo busca mostrar que, mesmo em meio à era da tecnologia e informação, a vida cresce e permanece na natureza. E que, por mais que o meio científico se desenvolva, nunca conseguirá superar a cultura de um povo.

A proposta deste ano do festival de dança é, também, expandir e descentralizar as apresentações. O que facilita o acesso à dança da população que não está tão habituada à linguagem. As intervenções, em espaços público, são todas gratuitas.

Hoje, às 10h, por exemplo, na Estação Central do Metrô, a pernambucana Cia. Etc. apresenta o trabalho Involuntário. A ideia da montagem é discutir aquilo o que se dilata e se contrai no corpo humano. É uma experimentação sobre o corpo. Involuntário traz a perspectiva do olhar de diferentes mundos, interligados por uma membrana sutil, volúvel e permeável.

CONT.

Uma das novidades desta edição do festival é inclusão, na programação, da quadrilha junina Raio de Sol. É a primeira vez que um grupo deste estilo faz parte da grade do evento. Sediado em Águas Compridas, Olinda, o grupo que tem 18 anos, encena, no Paço Alfândega, às 12h30, a montagem A chegada de Lampião no inferno. Trata-se de um espetáculo da cultura popular relido pela estética das quadrilhas estilizadas.

14 De pai para filho: a história da família com quatro gerações de oftalmologistas
SÍTIO IG, 19.10.2014

Por Elioenai Paes - iG São Paulo | 19/10/2014 10:00 - Atualizada às 20/10/2014 13:08

Rubens Belfort Junior, oftalmologista da Unifesp e que atua há mais de 30 anos como voluntário na Amazônia, recebe neste domingo o Prêmio Internacional de Prevenção da Cegueira

Rubens Belfort Neto

O médico examina um ribeirinho na amazônia. Carente de médicos, a população é beneficiada com o voluntariado da equipe da Escola Paulista de Medicina (EPM - Unifesp)

É em fazer com que as pessoas possam literalmente enxergar o mundo que o oftalmologista Rubens Belfort Junior, 68 anos, dedica a sua vida. Professor titular do departamento de oftalmologia da Escola Paulista de Medicina (EPM, da Universidade Federal de São Paulo, Unifesp), Belfort é parte de uma família com quatro gerações de médicos dedicados à saúde ocular: o avô, o pai, ele e o filho trilharam o mesmo caminho. E, apesar de haver uma influência inconsciente, Belfort conta que a escolha pela profissão foi apenas uma "feliz coincidência".

E é por causa dessa feliz coincidência que a população ribeirinha da Amazônia tem acesso a um atendimento muito restrito por aquelas bandas. Tudo começou com o avô de Belfort. Lá pelos idos de 1950, seu avô já andava por lá em companhia do antropólogo Darcy Ribeiro. Depois, foi a vez de Rubens

CONT.

Belfort se engajar neste trabalho voluntário. Há cerca de 30 anos, Rubens Belfort Junior vai ao menos quatro vezes ao ano atuar na prevenção da cegueira nos ribeirinhos. Desde a última década, tem a companhia do filho, Rubens Belfort Neto, o mais novo a seguir a tradição.

“Pode não parecer, mas minha família nunca pressionou para que eu também fosse oftalmo. Em minha casa, por exemplo, tenho três irmãos. Eu sou médico, minhas duas irmãs são administradoras e meu irmão economista", conta Neto. Quando começou a faculdade de medicina, a ideia era ser cirurgião pediátrico. "Optei pela oftalmologia depois do quinto ano. É claro que tem uma influência inconsciente, afinal cresci vendo meu pai lecionando e atendendo pacientes. Mas minha decisão foi sem pressão alguma."

Haja motivos para admirar o pai. E não só Neto viu isso. O mundo também. Rubens Belfort Junior receberá neste domingo (19) o Prêmio Internacional de Prevenção da Cegueira, concedido pela Academia Americana de Oftalmologia, a mais conceituada do setor. Belfort é o primeiro brasileiro a receber essa honra.

De prêmio na mão, o médico vai continuar sua missão. Daqui a duas semanas, Belfort Junior viaja novamente para a Amazônia onde vai operar 400 pessoas da catarata, doença ocular que pode fazer com que o verde da mata fique apenas na memória dos ribeirinhos. Sua equipe viaja antes, para triar os pacientes que precisam do procedimento.

As cirurgias são oferecidas com a mesma segurança de que se fossem feitas dentro de hospitais especializados no Brasil ou mundo afora, bem como o acompanhamento no pós-operatório. “O que caracteriza esse grupo é que a gente consegue dar o mesmo tipo de técnica cirúrgica que é feita nos lugares mais avançados do mundo”, diz Belfort, orgulhoso da sua equipe de médicos voluntários da Escola Paulista de Medicina.

Com o apoio das companhias que fabricam o aparelho, o trabalho feito na Amazônia é totalmente voluntário: ele e seus parceiros de viagem custeiam os gastos com recursos próprios e com os de uma fundação filantrópica portuguesa chamada Champalimaud, que doa uma quantia para apoiar esse trabalho.

Além daqueles que precisam de uma intervenção cirúrgica, há os casos mais simples, mas incapacitantes: a falta de óculos. Como uma população que também vive de pesca poderia encontrar seus peixes... sem enxergá-los bem? Distorções visuais comuns no mundo todo, míopes, astigmatas e hipermétropes são frequentemente encontrados entre a população ribeirinha.

A qualidade de vida dessa população melhora muito com a correção desses problemas. Com apoio de

CONT.

óticas, Belfort conseguiu doação de 25 mil óculos só para esta próxima expedição. Os exames serão feitos, as lentes de grau confeccionadas, os óculos entregues e os olhos de muita gente poderão brilhar por enxergar o redor com nitidez.

E as doenças comuns nas grandes cidades também se manifestam em uma região com menor densidade demográfica. O câncer é um exemplo que não faz distinção de latitudes ou longitudes. Pensando nisso, um projeto para contemplar a região foi inaugurado em novembro passado. O Centro de Oncologia Ocular da Amazônia, coordenado pelo caçula dos oftalmos, Rubens Belfort Neto, atende toda a região Norte.

15 Tradição dos conhecimentos pesqueiros é o sustento de 38 mil famílias em Alagoas
SÍTIO AQUI ACONTECE, 19.10.2014

Como já dizia o ilustre escritor alagoano Ledo Ivo, "quem nasce aqui, e respira desde a infância um aroma de açúcar, vento, peixe, maresia, sente que o oceano próximo cola em todas as coisas". É bem assim com os pescadores alagoanos. O estado preserva uma das maiores tradições do Brasil, a pesca artesanal. Os recursos naturais de Alagoas beneficiam mais de 38.000 pescadores ribeirinhos, que extraem das águas o sustento familiar.

As comunidades tradicionais às margens das lagunas, rios e mares de Alagoas expressam costumes hereditários, em uma relação de uso e dependência com a natureza. Pensando nisso, a Agência Alagoas produziu uma série de reportagens com histórias de pescadores que trabalham no mar de Maceió, na Lagoa Mundaú e no Rio São Francisco.

Nesta primeira reportagem, conheça "Cacau", que cresceu brincando no mar da Pajuçara e acabou fazendo dele o seu ganha-pão.

Nas ondas do mar da Pajuçara

Andando pela costa litorânea da capital alagoana é comum avistar homens pondo sua jangada no mar, em busca do pescado – que muito mais que um alimento, é um meio de sustento. José Carlos Alves, 51 anos, é um deles. Conhecido como Cacau, ele está no ramo da pesca artesanal há mais de 30 anos e sente satisfação em executar a arte que aprendeu ainda criança.

Foi brincando nas jangadas à beira do mar de Pajuçara que Cacau iniciou seu ofício. "Eu saía da escola e vinha direto para a praia 'cortar impú' e brincar de jangada para aprender a navegar", conta, explicando que o primeiro passo do pescador do mar é ser "impuzeiro", responsável por colocar a jangada na água. Em troca, os impuzeiros recebem alguns peixes como gratificação.

Após a iniciação, o pescador é classificado como "proeiro", braço direito do mestre de pesca, que enfrenta quatro dias, em média, no alto mar. "Passo mais tempo dentro do mar do que com pés em terra", exclamou o pescador. Os conhecimentos da influência das fases lunares no mar, da direção do vento e da localização dos peixes são obtidos através do convívio diário com a natureza.

CONT.

Nova Balança do Peixe melhora comercialização em Maceió

Arabaiana, cavala, cioba dourada e xaréu são algumas espécies de peixes que o mar oferece e vão direto para as mesas dos alagoanos. Em 2013, o Governo de Alagoas inaugurou a nova Balança do Peixe da Pajuçara, adaptando infraestrutura e tecnologia para melhorar o trabalho pesqueiro. “Essa balança é fundamental. Ela é o entreposto onde os pescadores pesam e vendem, onde eles passam por todo o processo de produção dessa área”, atesta a Presidente da Colônia de Pescadores Z-01, Maria Aparecida da Silva.

por **Agência Alagoas**

16 Quilombolas podem ser isentos de Imposto Territorial Rural
SÍTIO TRIBUNA DA BAHIA, 19.10.2014

A Câmara dos Deputados aprovou nesta semana a Medida Provisória 651/2014, que dá incentivos tributários a vários setores e renegocia dívidas. Dentre as emendas aprovadas, está a que isenta do Imposto Territorial Rural (ITR) os imóveis oficialmente reconhecidos como áreas remanescentes de quilombos.
A proposta é dos parlamentares federais Valmir Assunção (PT-BA) e Luci Choinacki (PT-SC). "A Lei 9393 de 1996 já prevê a isenção deste imposto para pequenas glebas rurais em condições determinadas pela legislação. Agora, incluímos os quilombolas nestas determinações para facilitar a preservação destas comunidades sem que se gere uma situação de iniquidade fiscal", explica Valmir.

A proposta segue para o Senado e precisa ser votada até o dia 6 de novembro.

17 Comunidade do Barranco, na Praça 14, se torna o segundo quilombo urbano do País
SÍTIO A CRÍTICA, 19.10.2014

Quilombo da Praça 14 tem sua história reconhecida graças à resistência das famílias remanescentes de escravos do Nordeste

Manaus (AM)

ROSIENE CARVALHO

A rua Japurá, na Praça 14 de Janeiro, Zona Sul de Manaus, guarda preciosa página viva da história do Amazonas (Érica Melo)

CONFIRA AQUI GALERIA DE IMAGENS

A rua Japurá, na Praça 14 de Janeiro, Zona Sul de Manaus, guarda preciosa página viva da história do Amazonas. No local, resistem, há mais de um século, famílias remanescentes de escravos do Maranhão, que vieram para Manaus construir uma nova história de luta por liberdade e igualdade na Comunidade do Barranco.

As tradições dos antepassados foram mantidas pelas gerações que as sucederam, apesar do descaso do poder público na preservação da cultura e da história desse povo que se confunde com a da cidade. Também tentaram sufocar as tradições do Barranco o forte preconceito sobre a contribuição dos negros na formação da sociedade e cultura do Estado.

Graças a essa resistência, há cerca de um mês, a Fundação Cultura Palmares concedeu aos descendentes dos escravos maranhenses a certidão de autodenifinição de quilombo. O reconhecimento tornou a comunidade o segundo quilombo em área urbana do País.

CONT.

O santo protetor dos negros, São Benedito, é, de certa forma, o grande responsável pela preservação da tradição dos fundadores da Comunidade do Barranco. Isso porque parte da tradição da cultura afro foi se perdendo com o tempo. As festas da comunidade nunca tiveram qualquer apoio ou reconhecimento do poder público. "Hoje não temos aqui nenhum terreiro. Não há mais benzedeiras na Praça 14. As pessoas que ficaram não seguiram da mesma forma a religião. Mas outros costumes permanecem: a festa de São Benedito é realizada há 125 anos com a estátua trazida pela vó Severa do Maranhão após ser alforriada", disse.

A família de Cássius descende da negra Maria Severa, que veio do Maranhão alforriada, com três filhos. Ela se reuniu na comunidade com outras famílias de negros vindos do Maranhão, como Raimundo Elísio e "seo" Augusto.

Severa também trouxe as correntes com as quais a aprisionavam na senzala. "A vó Severa costumava usar as argolas da corrente na perna. Era uma forma de mostrar que foi escrava e que resistia àquela condição. Muitas pessoas das nossas famílias trabalharam na construção do Teatro Amazonas, do Reservatório do Mocó (hoje, pontos turísticos de Manaus)", declarou.

Símbolos

A festa de São Benedito envolve ainda a tradicional suspensão do mastro com oferendas, as novenas e o encerramento regado a comidas típicas da cultura afro, eventos que reúnem toda a comunidade e outras pessoas do bairro.

Apesar de ser uma tradição há 125 anos, apenas há aproximadamente 20 anos o santo tem permissão para "entrar" na igreja católica do bairro: Nossa Senhora de Fátima. "O preconceito dos padres mais antigos era forte com os negros. Tanto que o santo está presente na comunidade há 125 anos e a igreja aqui construída recebeu o nome de uma santa de Portugal", disse Cássius.

'Triste pensar que isso um dia podia acabar'

Edna Lago Rodrigues, 79, conhecida como 'dona Guguta', afirmou que, do convívio ainda menina com dona Severa, aprendeu a dar valor à sua cor e à sua tradição. Guguta sofreu muito preconceito durante a juventude por ser negra. Na época, muitos homens brancos não assumiam relacionamento com mulheres negras. "Meu marido era branco e, antes de ficar com ele, eu perguntei se ele ia me assumir mesmo. E ele

CONT.

não largou essa pretinha aqui, só para morrer".

Uma das integrantes mais antigas da Comunidade de Barranco, dona Guguta afirma que a certificação de remanescente de quilombolas garante que as futuras gerações tenham consciência de suas origens e mantenham as tradições que ainda resistem até os dias atuais.

"Seria muito triste se não tivesse mais a festa de São Benedito. Muito triste pensar que isso um dia podia acabar", disse. Outras mulheres que formaram a comunidade, como a 'dona Lindoca', figura histórica do bairro Praça 14 de Janeiro, foi uma das fundadoras da tradicional escola Vitória Régia, que deu ao bairro a fama de berço do samba em Manaus.

Cronologia

Meados do século 20: Fotos de antigos moradores da Comunidade do Barranco na novena a São Benedito e o Mastro erguido com oferendas a São Benedito. A tradicional festa religiosa em torno da figura do santo protetor dos negros manteve os costumes da comunidade.

Década de 1980: Outra realização da Festa de São Benedito envolvendo moradores da comunidade e a tradicional feijoada de São Benedito oferecida à comunidade no ano passado, quando a Fundação Cultura Palmares esteve em Manaus reunindo dados para conceder a certificação de remanescente de quilombos.

Análise de Ademir Ramos, antropólogo: "Certificação é afirmação"

A certificação é uma afirmação e reconhecimento desse território e dessa cultura. Quando se reconhece que em Manaus há um quilombo urbano, se refuta as teses dos historiadores clássicos que afirmam que no Amazonas não havia negros, que tentam desqualificar a história negra na Amazônia, a participação deles na construção da nossa cultura e sociedade. Essa titulação mostra que houve, sim, essa cultura migrante vinda do Maranhão, ligada ao governador Eduardo Ribeiro, que era maranhense e trouxe de lá para cá artífices negros que trabalharam na construção civil do Estado. Eles moraram na Praça 14 e conservaram suas tradições. São Benedito, nesse ponto, toma uma grande dimensão, porque os costumes foram mantido ao redor dessa religião, que tem a sua dinâmica. Um santo, aliás, proibido na igreja e festejado na comunidade. Quando construíram a igreja do bairro, por pressão dos portugueses, deram a ela o nome de Nossa Senhora de Fátima e não São Benedito, que tem maior identificação com o bairro".

18 Exploração deixa rastro de contaminação e morte na Amazônia
SÍTIO VERMELHO, 19.10.2014

O derramamento de resíduos de petróleo nas águas dos rios Marañón, Corrientes, Pastaza e Tigre e na floresta amazônica peruana está produzindo consequências fatais para as populações locais, em sua maioria da etnia kukama. Os responsáveis são conhecidas empresas petroleiras, mas as autoridades peruanas têm se movimentado com gravíssima e culpável demora. Há anos as vítimas protestam contra a contaminação e a violência, mas o negócio do petróleo sempre teve domínio sobre a situação.

"Pertenço ao grupo indígena kukama. Um dia meu pai saiu para pescar. Na volta só trouxe dois pescados. Meus irmãos e eu perguntamos o que havia acontecido, porque ele sempre trazia fatura. Recordo que disse algo sobre derramamentos de petróleo que estão sujando o rio. Disse que por esse motivo os peixes estão doentes, que não podemos comê-los. Também disse que não podíamos tomar banho no rio porque se o fizéssemos iríamos adoecer. Escrevo para que faça algo, porque somos crianças que queremos viver".

Esta é a carta que escreveu Alexander Ricopa Fasabi, um menino de 9 anos, da localidade kukama de Santa Clara, no Departamento de Loreto, às margens do rio Marañón, ao presidente peruano Ollanta Humala e à sua esposa Nadine Heredia, e que juntamente com dezenas de outras crianças indígenas querem chamar a atenção sobre a situação de sua comunidade.

O protesto dos menores tem sido uma nova e desesperada tentativa dos kukama para poder serem escutados pelas autoridades políticas. A iniciativa foi idealizada por Miguel Ángel Cadenas e Manolo Berjón, dois incansáveis sacerdotes augustinos espanhóis que vivem entre os kukama na localidade de Santa Rita de Castilla e que há anos lutam de corpo e alma pelos direitos vulnerados desse povo. Desenvolvem suas ações em estreita colaboração com a Associação Cocama de Desenvolvimento e Conservação San Pablo de Tipishca (Acodescospat), que faz parte da organização Povos Indígenas Amazônicos Unidos em Defesa de seus Territórios (Puinamudt).

Emergência ambiental

A situação é insustentável: a contaminação no norte da Amazônia peruana tem colocado em perigo a vida material — mas também espiritual — das comunidades indígenas. Durante 2013 foram declaradas em emergência ambiental, uma após outra, as bacias dos rios Pastaza, Corrientes e Tigre. Por último, em maio passado, o governo peruano declarou estado de emergência ambiental e sanitária também na zona do

CONT.

baixo Marañón. Todas essas são decisões tomadas com vergonhosa demora a respeito das ocorrências, da magnitude dos danos e das denúncias.

A exploração petroleira nessa parte da Amazônia peruana foi iniciada em 1971. Um oleoduto de mais de 16 quilômetros atravessa a floresta e territórios indígenas, transportando a cada dia milhares de barris de petróleo. Como se trata de uma estrutura com mais de 40 anos de antiguidade, já mostra o sinal dos anos: as tubulações estão muito deterioradas e as conexões precárias. Se há algum tempo os derramamentos de petróleo aconteciam nas imediações dos poços de perfuração, agora são cada vez mais frequentes e consistentes ao longo do oleoduto. Apenas nos últimos cinco anos, foram documentados mais de 100, de acordo com a Aliança Arkana, organização internacional defensora dos povos amazônicos.

Ademais desses vazamentos de óleo cru, nos rios são produzidos derramamentos — eram a norma até pelo menos 2009 — das chamadas "águas de produção". Tratam-se de águas muito quentes (de 80º a 90º), salgadas e contaminadas com petróleo, metais pesados (mercúrio, cádmio, bário, chumbo, arsênico, etc.) e elementos radioativos. As consequências dos vazamentos e derramamentos são devastadoras para a flora, a fauna e as populações. Expostas à contaminação cotidiana, as pessoas contraem enfermidades muito diversas, algumas graves ou mortais como tumores, insuficiência renal e danos ao sistema nervoso.

Empresa contaminadora

O responsável por todo isso é conhecido: se chama Pluspetrol Norte, empresa pertencente ao grupo petroleiro argentino Pluspetrol. Opera nos lotes 1AB (explorado pela petroleira estadunidense Occidental Petroleum até o ano 2000) e 8 (pertencente à estatal Petroperu até 1996 e, por sua vez, dividido em cinco lotes separados menores). Os lotes ocupam as bacias dos rios Corrientes, Tigre, Pastaza e Marañón, e parte da Reserva Nacional Pacaya-Samiria (lote 8X). Hoje em dia, as águas desses rios estão altamente contaminadas, assim como vastos territórios da reserva. Alguns locais inclusive desapareceram, como a lagoa Shanshococha, que se encontrava nas imediações do lote 1AB.

A empresa se defende afirmando que os vazamentos do oleoduto são causadas por atos de sabotagem e vandalismo perpetrados por pessoas pertencentes a comunidades indígenas, negando as condições desastrosas em que se encontram as tubulações. Quanto às "águas de produção", há alguns anos, — assinala a empresa petroleira — são reinjetadas no subsolo. Entretanto, é preciso recordar que, há mais de uma década, a Pluspetrol derrama em quatro rios amazônicos — todos afluentes do rio Amazonas — até 1,1 milhão de barris de água de produção por dia. Por último, a empresa petroleira acusa suas predecessoras Occidental Petroleum e Petroperu pelos danos nos sítios ambientais. Isso em parte é

CONT.

verdade, mas — afirmam as associações indígenas — ao assumir as concessões a Pluspetrol também assumiu a responsabilidade de reparar os danos prévios.

O temor mais difundido é que a contaminação seja demasiado grave e que, para recuperar um mínimo de equilíbrio no ecossistema, sejam necessárias décadas, se não gerações. Enquanto isso, observam Cadenas e Berjón, a comunidade kukama vive na violência, tanto externa (enfrentamentos com o Estado e as empresas), mas também interna (embriaguez, violência doméstica, suicídios).

"Trabalhando em harmonia com o meio ambiente e a comunidade", diz a propaganda distribuída pela Pluspetrol. Uma piada que faria qualquer um rir, mas não a empresa petroleira argentina e as autoridades políticas que têm lhe protegido até há pouco.

Fonte: Adital

19 Ministério do Turismo divulga resultado de chamada pública
SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.10.2014

Projetos de apoio à produção associada e desenvolvimento local classificados poderão receber recursos de até R$ 600 mil

por Portal Brasil

O Ministério do Turismo selecionou, por meio de chamada pública, sete projetos de incentivo às produções artesanais, industriais ou agropecuárias que incorporem valor turístico aos municípios no entorno de 12 Parques Nacionais. Os projetos classificados poderão receber até R$ 600 mil, totalizando o investimento de R$ 3 milhões distribuídos pelas macrorregiões do país.

As ações devem favorecer comunidades locais e valorizar a cultura de cada região de modo a gerar renda aos municípios. Os beneficiados podem ser pequenos agricultores, artesãos, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais, empreendedores individuais, além de micro e pequenos empreendedores.

O resultado da chamada pública foi divulgado nesta segunda-feira (20), no Diário Oficial da União. As propostas classificadas são Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), Prefeitura Municipal de Santo Amaro do Maranhão (MA), Goiás Turismo – Agência Goiana de Turismo (GO), Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro (MG), Prefeitura Municipal de Morro do Pilar (MG), Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará (CE) e Prefeitura Municipal de Praia Grande (SC).

Os projetos estarão aptos a receber o recurso desde que atendam a todos os requisitos estabelecidos pela Portaria nº 507/2011, que regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública. A celebração de convênios está condicionada ao cumprimento de todas as exigências previstas pela legislação.

“O objetivo inicial da chamada pública era selecionar cinco projetos, sendo um em cada macrorregião. Como o valor de algumas propostas era menor do que o previsto no edital, outros dois projetos poderão ser apoiados ainda neste exercício”, disse o secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Neusvaldo Lima. Durante o processo de seleção, os municípios inscritos puderam entrar com

CONT.

recurso para recorrer sobre as pontuações atingidas. Veja a análise de recurso aqui.

Para estimular o turismo nos Parques Nacionais, o Ministério do Turismo lançou uma nova linha de ação que visa qualificar produtores dos mesmos municípios do entorno. Atualmente, os Parques Nacionais brasileiros recebem 12 milhões de pessoas por ano e faturam cerca de R$ 1,5 bilhão. Os parques priorizados pelo governo federal são: Anavilhanas (AM); Lençóis Maranhenses (MA); Ubajara (CE); Brasília (DF); Chapada dos Guimarães (MT); Chapada dos Veadeiros (GO); Serra do Cipó (MG); Tijuca (RS); Itatiaia (RS); Serra dos Órgãos (RJ); Aparados da Serra (RS) e Serra Geral (SC).

Fonte:

Ministério do Turismo

20 Líderes indígenas pedem posse de terra, em Manaus
SÍTIO D 24 am, 17.10.2014

A reivindicação dos índios tenta reverter decisão da 1ª Vara Cível, que determinou a desocupação do imóvel

Da Redação / portal@d24am.com

Manaus - A juíza Joana dos Santos Meirelles, da 1ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho, recebeu, na manhã dessa quinta-feira (16), lideranças indígenas que se identificaram como representantes da tribo waimiri-atroari. Eles reivindicaram a posse de uma área denominada de Villa Amorim.

A reivindicação dos índios tenta reverter decisão da 1ª Vara Cível, que determinou a desocupação do imóvel. Na sentença, a Justiça considerou a posse dos índios como "clandestina e precária dos invasores, a qual resultou no direito legítimo do possuidor de promover a desocupação da área".

Para a juíza, a concessão de liminar em ação de reintegração de posse não se trata de mera liberalidade do órgão julgador. Ela lembrou que o Artigo 928, do Código de Processo Civil (CPC), determina que "presentes os requisitos da lei, o juiz deferirá a ordem, sem ouvir o réu, se tratando de verdadeira obrigação que compele ao Poder Judiciário, em nome da justiça".

A juíza se prontificou a analisar cuidadosamente a defesa a ser apresentada pelos índios e disse que irá requerer informações ao Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) a fim de verificar eventual competência da Justiça Federal para processamento e julgamento do feito, por se tratar, aparentemente, de interesse indígena.

21 MPF/MG: criada reserva sustentável para comunidade tradicional: a Nascentes Geraizeiras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.10.2014

Por CombateRacismoAmbiental

MPF MG

Foi publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira, 14 de outubro, decreto presidencial criando a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras. A nova unidade de conservação federal, com 38.177 hectares, irá abranger áreas dos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo, no norte de Minas Gerais, beneficiando cerca de 500 famílias.

Os geraizeiros são comunidades tradicionais que exercem atividades extrativistas, de forma sustentável, em regiões de cerrado. Eles recebem esse nome porque habitam a região dos Gerais (chapadas – com seus planaltos e elevações de terreno, serras e suas encostas -, chapadões e veredas, recobertos pela vegetação do cerrado).

Há cerca de 12 anos, os geraizeiros lutavam pela criação de uma unidade de conservação que pudesse garantir sua sobrevivência e impedir a degradação ambiental do espaço onde vivem. O procedimento para a criação da RDS foi instaurado em julho de 2005 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela criação e gestão das unidades de conservação federais, mas as tratativas não andaram.

Diante da ausência de medidas efetivas, no último mês de junho, os gerazeiros chegaram a iniciar uma greve de fome e sede, suspensa 36 horas depois, após compromisso assumido pela ministra do Meio Ambiente e pelo secretário geral da Presidência da República, em reunião com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e com integrantes do movimento geraizeiro, de concluir o processo de criação da reserva, enviando a proposta à Casa Civil.

Em Belo Horizonte, foram realizadas reuniões na Cidade Administrativa, sede do governo estadual, entre o ICMBio, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC-MG) do MPF, a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS) do MP Estadual de Minas Gerais e órgãos estaduais para discussão acerca do modelo de unidade de conservação adequado.

Dois meses depois, em agosto, diante do agravamento das condições ambientais e de vida das comunidades, o Ministério Público Federal (MPF), em conjunto com o MP/MG, recomendou ao ICMBio a

CONT.

criação imediata da reserva, independentemente da conclusão ou não dos estudos fundiários acerca da área abrangida pela RDS.

Para os procuradores da República Edmundo Antônio Dias e Marcelo Malheiros Cerqueira, que subscreveram a recomendação em conjunto com o MP/MG, "a criação da reserva é uma enorme vitória do movimento gerazeiro, que há mais de 12 anos reivindica a delimitação de uma área onde possam continuar preservando o meio ambiente e exercendo suas atividades extrativistas. Várias organizações da sociedade civil e órgãos públicos coadjuvaram esforços com os verdadeiros protagonistas, os povos do Cerrado".

A proteção aos povos tradicionais está prevista na Constituição e em tratados internacionais de que o Brasil é signatário, entre eles, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, segundo a qual, os países signatários "devem adotar as medidas necessárias para identificar os territórios tradicionalmente ocupados pelos povos e comunidades tradicionais, bem como para garantir seu acesso aos recursos naturais existentes nas terras onde vivam".

O decreto de criação da reserva, publicado no DOU do dia 14 de outubro, elencou expressamente os motivos de sua criação: proteger as nascentes de córregos que abastecem a região; proteger e garantir a conservação das áreas de extrativismo utilizadas pelas comunidades tradicionais; garantir acesso ao território tradicional pela população geraizeira local e promover seu desenvolvimento socioambiental; incentivar a realização de estudos voltados para a conservação e o uso sustentável do Cerrado, além de promover a conservação da biodiversidade na área da reserva, uma das últimas regiões do Norte de Minas com cobertura florestal ainda preservada.

22 Incra vai apoiar projetos visando capacitação de jovens
SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.10.2014

Chamada Pública concede auxílio a iniciativas tecnológicas para estudantes de nível médio residentes em áreas rurais

por Portal Brasil

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ-PR) lançaram chamada pública para apoio a projetos de capacitação profissional e extensão tecnológica para jovens de 15 a 29 anos estudantes de nível médio e residentes em áreas rurais. Os projetos devem contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais. No total, o Incra irá investir R$ 22,4 milhões no projeto.

Conforme o edital, as propostas devem ter foco na inovação tecnológica voltada às ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos, comunidades tradicionais, extrativistas e agricultura familiar. Ainda segundo a iniciativa, os projetos devem contribuir para a formação dos jovens, produção de conhecimentos, capacitação técnico-profissional e a produção e disseminação de tecnologias sociais.

A coordenadora do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Clarice dos Santos, diz que a previsão é a instalação de 25 turmas com 50 estudantes em cada, num total de mais de 1.250 alunos. “Poderão cursar estudantes que completaram o nível médio, que estão cursando ou que ainda não ingressaram no nível médio”, diz a coordenadora.

Clarice Santos diz que cada estudante terá dois anos de capacitação e ao final entregará seu trabalho de conclusão. Ao longo desse período cada aluno terá acesso a uma bolsa para auxílio nos estudos. “Os estudantes que ingressarem no nível médio terão direito a R$ 160, já os que concluíram esta etapa dos estudos receberão R$ 300”, frisa.

População Rural

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE 2012, publicada em 2013, revela que o total

CONT.

da população rural no Brasil chega a 29,8 milhões num universo de 196,8 milhões de pessoas o que representa 15% da população total. Segundo a amostra, são 11.1 milhões de jovens e adultos entre 15 e 40 anos a quem se destinam as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

23 Rivalidade entre grupos indígenas termina com garota esfaqueada em São Jerônimo da Serra
SÍTIO O DIÁRIO.COM, 20.10.2014

Pauline Almeida

Uma adolescente de 16 anos foi esfaqueada durante uma suposta rixa entre duas etnias indígenas de uma das aldeias de São Jerônimo da Serra (78 km de Londrina). Por volta das 19h de domingo, ela deu entrada no pronto-socorro à procura de atendimento médico.

A garota de origem guarani apresentava diversos cortes, de acordo com dados da Polícia Militar. As primeiras apurações do crime mostraram que um grupo kaingangue e outro guarani, que hoje ocupam o mesmo território, envolveram-se em uma rivalidade.

Os caciques foram orientados e a Polícia Federal foi chamada para resolver a situação, já que se tratava de uma questão envolvendo índios - de responsabilidade do governo federal - e os autores do crime foram identificados.

24 Projeto Interagir distribui 45 mil mudas para assentamento e Terra Indígena
SÍTIO CENÁRIO MT, 20.10.2014

O viveiro do Projeto Interagir está pronto e funcionando a todo vapor. Já são 45 mil mudas prontas para serem distribuídas para agricultores do Projeto de Assentamento (PA) Presidente e indígenas das etnias Tapirapé e Karajá. “As espécies foram produzidas de acordo com o interesse dos agricultores”, diz Flávia Andrade, coordenadora do Interagir. Ela conta que parte das mudas veio de fora, de viveiros especializados em culturas de qualidade, e que outra parte foi produzida pela comunidade indígena da aldeia Mãjtyri, juntamente com a Escola Tapirapé e a equipe técnica do projeto.

O próximo passo é realizar a entrega para as nove comunidades beneficiadas. São diversas espécies entre frutíferas e madeiras, nativas e exóticas, tais como laranja, limão, mexerica, castanha do Brasil, guaraná, açaí, pupunha, cacau, pequi, goiaba, cedro, manga, café, cupuaçu, mogno, dentre muitas outras. As mudas, além de ajudar na recuperação de áreas degradadas, vão servir para garantir a segurança alimentar e gerar renda para as comunidades atendidas.

Ao longo do projeto, os agricultores estão recebendo assistência técnica para o plantio e manutenção de seus Sistemas Agroflorestais (SAFs). Kurehety Karajá é indígena e mora na aldeia Mãjtyri. Ele está feliz com o início do plantio: “o projeto é importante porque vamos voltar a ter uma alimentação natural nas aldeias. A cada dia estamos comendo mais alimentação do mercado. É importante essa mudança que está vindo aí com a plantação, não é coisa que se tem todo dia não”, diz ele.

A coordenadora da Escola Estadual Indígena Tapirapé, Tamanaxowa Tapirapé, ressaltou que o envolvimento das crianças no processo de produção de mudas foi muito interessante para o enriquecimento do seu aprendizado: “Eles puderam conhecer o que se planta na roça, o que se planta semente, muda, raiz e com o plantio muitos vão conhecer o sabor dos alimentos que já não se comia mais na aldeia”, conta.

Os indígenas estão empolgados. Xekato Tapirapé, da aldeia Mãjtyri, disse que está animado: “O projeto vai trazer também o conhecimento de plantações diferentes para nós aqui”, diz ele.

Mata Ciliar

Além das 45 mil mudas que serão distribuídas neste mês, também já estão prontas outras 45 mil. “As

CONT.

mudas de agora serão utilizadas para a implantação dos sistemas agroflorestais, as outras 45 mil são de espécies nativas que serão utilizadas para a recomposição da vegetação ciliar do rio Araguaia e seus afluentes dentro do município de santa Terezinha", conta Flávia.

Sobre o Interagir

Unir agricultores e indígenas em prol da recuperação de áreas degradadas e da segurança alimentar, esse é o objetivo do Projeto Interagir, que é patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental. Com atuação no município de Santa Terezinha, região do Araguaia, em Mato Grosso, o projeto incentiva o uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs) para a produção de alimentos e recuperação de áreas degradadas. Os beneficiários do Projeto são seis comunidades do Assentamento Presidente e três aldeias indígenas das etnias Tapirapé e Karajá da Terra Indígena Tapirapé/Karajá.

25 Prefeitura de SP deve retirar 400 cães deixados em terra indígena, diz MPF
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 20.10.2014

Procuradoria afirma que animais prejudicam saúde da população local.

Área indígena, com cerca de 800 habitantes, fica na Zona Norte da capital.

Do G1 São Paulo

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Prefeitura de São Paulo que remova cerca de 400 cães abandonados na terra indígena Jaraguá, na Zona Norte da cidade. Segundo a Procuradoria, os animais causam problemas à saúde da população local, como doenças de pele e surto de pulgas e carrapatos.

O prazo para que a Prefeitura se manifeste sobre a retirada dos animais é de dez dias úteis, de acordo com o MPF. O G1 procurou a Prefeitura mas, até as 15h desta segunda-feira (20), a administração não havia se manifestado sobre o caso.

Ainda segundo a Procuradoria, foi recomendado também que a Prefeitura, por meio do Centro de Controle de Zoonose (CCZ), tome medidas para impedir que novos animais sejam deixados na região da terra indígena. Um cão da raça pit bull, que estava na aldeia, foi retirado pelo CCZ na sexta-feira (17). De acordo com o MPF, o animal estava preso em um galinheiro.

A terra indígena Jaraguá, segundo o MPF, é a menor aldeia demarcada no Brasil, com 1,5 hectare e aproximadamente 800 habitantes.